

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

“OS FILÓSOFOS APENAS INTERPRETARAM O MUNDO DE DIFERENTES MANEIRAS O QUE IMPORTA É TRANSFORMÁ-LO”



Emancipação Socialista



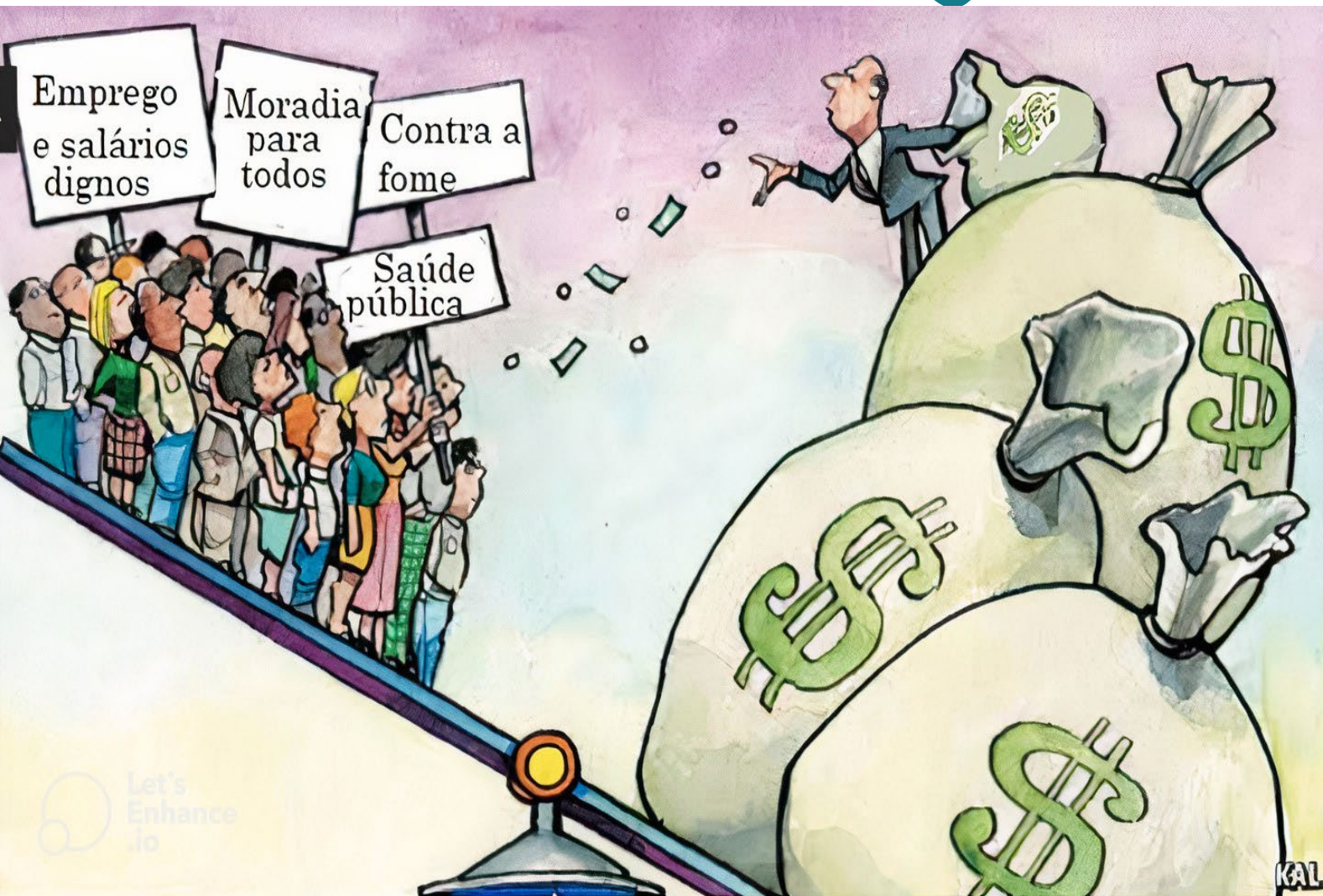
(11) 95675-2133

Nº 19

15/07 a 14/08 de 2022

R\$ 2,00

O sistema quer que aceitemos só as migalhas



**ELEIÇÕES: DOIS POLOS QUE
RETROALIMENTAM**

**REVOGAR A REFORMA DO
ENSINO MÉDIO!**

**O DIREITO AO ABORTO SOB
ATAQUES REACIONÁRIOS**

**OS LIMITES DA REBELIÃO
POPULAR NO EQUADOR**

**OS PROBLEMAS DO CONCEITO
DE PROPRIEDADE DE CHÁVEZ**

**FORMAÇÃO: AS REVOLUÇÕES
DO SÉC. XX E O SOCIALISMO**

UMA POSTURA NADA EDUCADA

O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro foi preso pela Polícia Federal no dia 22 de junho. Além de Ribeiro, outros dois pastores, suspeitos de operar um “balcão de negócios” no Ministério da Educação e na liberação de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), também foram presos. Ligados a Bolsonaro, os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura são apontados como lobistas que atuavam no MEC

O FNDE é controlado por políticos do chamado “centrão”, bloco político que dá sustentação ao governo Bolsonaro. Esse fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

A falcatrua foi descoberta após vazamento do áudio de uma reunião de prefeitos e Milton Ribeiro, o qual disse que priorizava o repasse de recursos a municípios indicados pelos pastores e que a medida atendia a uma ordem do Presidente.

Quando a malandragem se tornou pública, Bolsonaro afirmou que colocaria “a cara no fogo” pelo ainda ministro. Depois, ao comentar a prisão do ex-ministro, tentou disfarçar: “Ele responde pelos atos dele.”. Mas, longe das câmeras, estava tentando socorrer o amigo: Milton foi informado sobre a operação da Polícia Federal, que resultou em sua prisão. Gravações autorizadas pela Justiça mostram uma conversa entre Milton Ribeiro e sua filha, realizada em 9 de junho, em que ele relata um telefonema de Bolsonaro: “... hoje o presidente me ligou... ele tá com um pressentimento... ele acha que vão fazer uma busca e apreensão... em casa...”.

Pastor evangélico, quarto ministro da educação no governo Bolsonaro, ex vice-reitor da Universidade Mackenzie e acusado de favorecer pastores na distribuição de verbas, além de suposta participação em crimes de corrupção para a liberação de recursos públicos do FNDE, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência. Eis a “capivara” de Milton Ribeiro.



A BARBÁRIE CAPITALISTA

Em 27 de junho, no Texas, 46 pessoas foram encontradas sem vida dentro de um caminhão tentando entrar nos Estados Unidos. Outras 16 estavam com saúde debilitada e foram encaminhadas ao hospital. Todos imigrantes. Homens, mulheres e crianças que vinham de países como México, Honduras, Guatemala e El Salvador. De acordo com a polícia, um funcionário escutou pessoas de dentro do caminhão gritando socorro, sem água e abandonados em uma estrada.

As mortes são decorrência da política imperialista, seja com Trump ou Biden. Também há um dado a ser considerado: nos EUA, há a autorização para pessoas sem casa poderem dormir nos próprios carros. Algo que certamente contribuiu para essa barbaridade.

Trump aprofundou a xenofobia e a política anti-

imigrantes, como a absurda construção de um muro entre os Estados Unidos e o México. Biden deu continuidade a essa mesma política. Os próprios Democratas, desde Obama (governo que Biden era vice-presidente) começaram uma série de políticas anti-imigratórias e Trump apenas deu seguimento ou aprofundou, como foi o enjaulamento de crianças e a separação de seus pais.

A crise imigratória é resultado da política intervencionista do imperialismo estadunidense nos países de origem imigrantes, devastando e precarizando as condições de vida das populações locais.

No meio dessa barbaridade, surge uma questão: caminhões como esse, com imigrantes, seriam uma nova versão dos navios negreiros que transportavam os escravos?

FICOU FEIO, ELBA!

Em 26 de junho, em Salvador, durante o show, a cantora Elba Ramalho tentou conter as manifestações da plateia que ecoava “Fora Bolsonaro” e retrucou: “Não é um comício!”. “Não, não quero fazer política, desculpa. Isso aqui é um show de São João, não é um comício”, disse a cantora.

Em outro momento, tentou apresentar um vídeo sobre a interrupção da Festa de São João na pandemia e foi novamente interrompida pelo público com gritos “Olê, olê, olá, Lula, Lula!” e reagiu: “A plateia está se manifestando e como a gente vive em um país democrático, tem que deixar

eles se manifestarem. Cada um tem o presidente que merece, isso é um fato”, respondeu Elba.

Em 2021, ainda no auge da pandemia, Elba Ramalho chegou a afirmar que quem estava por trás do coronavírus eram os comunistas para destruir os cristãos, que são o “calo” de pessoas que têm esse pensamento político. Declaração dada durante uma live e com um terço na mão.

Não apoiamos Lula, mas cabe perguntar: E se as manifestações fossem a favor de Bolsonaro, qual seria a sua reação? Certamente, daria a maior força. Alguém duvida?

O jornal **Consciência de Classe** é o órgão de imprensa da organização Emancipação Socialista. Os artigos assinados expressam a opinião dos autores. Estamos abertos a contribuição de texto de ativistas de esquerda mesmo de caráter crítico às nossas posições.

Emancipação Socialista é uma organização formada por trabalhadores e trabalhadoras. Atuamos na luta de classes com o objetivo de construção do socialismo. Temos como referência o marxismo, um método vivo para a análise da realidade e da prática revolucionária.

Também nos apoiamos nas elaborações de outros marxistas revolucionários que contribuíram para o enriquecimento dessa teoria e da prática militante. Se tiver interesse em conhecer melhor nossas posições entre em contato por um dos canais das redes sociais.

As eleições se aproximam. Novamente a discussão do voto útil no "mal menor" ganha peso em setores honestos da esquerda brasileira, que acabam cedendo à chantagem do atual jogo eleitoral. Atendendo ao chamado do jornal Consciência de Classe, o professor e economista Plínio de Arruda Sampaio Jr escreveu uma matéria sobre esse tema. Plínio é professor aposentado do Instituto de Economia da UNICAMP e editor do site Contrapoder (www.contrapoder.net) e recentemente rompeu com o PSOL por conta da estratégia oportunista desse partido em capitular ao eleitoralismo burguês. Plínio participa, assim como a Emancipação Socialista, do Polo Socialista e Revolucionário.

A burguesia brasileira conduz as eleições presidenciais de 2022 com mão de ferro, mantendo a agenda e o contexto do debate público sob absoluto controle. O objetivo estratégico é legitimar e institucionalizar o novo ciclo de ataques contra os direitos dos trabalhadores e contra o meio ambiente que começou com o estelionato eleitoral de Dilma Rousseff em 2014, intensificou-se após o golpe institucional de Michel Temer em 2016 e foi levado ao paroxismo com a chegada de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto em 2019.

Não obstante a escalada do desemprego, da precarização do trabalho, das desigualdades sociais e da fome, a burguesia blindou qualquer possibilidade de questionar o padrão de acumulação liberal-periférico. Há três meses das eleições, a opinião pública é sistematicamente bombardeada com o terrorismo de que, sob o risco de gerar uma catástrofe econômica, é

preciso manter a qualquer custo a Lei do Teto de Gastos (como se o caos já não estivesse instalado). A intenção dos maganos é não permitir que se comprometa a decisão de levar até as últimas consequências a política de Estado mínimo-mínimo apenas como artífice de políticas públicas.

Ao ocultar completamente a discussão sobre o papel central da dívida pública como centro nevrálgico da política econômica e como mecanismo insaciável de transferência de recursos públicos para os credores do Estado, a burguesia bloqueia a discussão pública sobre a necessidade e a possibilidade de uma mudança qualitativa nos rumos do país. Porém, sem a possibilidade de uma orientação alternativa, é impossível interromper a progressiva deterioração nas condições de vida dos trabalhadores. O máximo que se pode esperar, é um arrefecimento no ritmo e na intensidade do processo de reversão neocolonial — a causa em última instância da barbárie brasileira.

Para evitar qualquer tipo de surpresa, os partidos que puderiam vocalizar uma crítica contra a ordem neoliberal foram pura e simplesmente marginalizados do processo eleitoral. Regida pelas regras da Reforma Política promulgada por Eduardo Cunha no auge da ofensiva reacionária, a eleição ficou restrita aos partidos comprometidos com a perpetuação da ordem neoliberal. Em paralelo, a burguesia liberou o valeduto. Dando luz verde para que as forças da extrema direita operem ao arrepio da lei, a campanha eleitoral transcorre num ambiente político envenenado, de grande instabilidade institucional, baixíssima mobilização popular, crescente violência política e ostensiva tutela militar.

DOIS OPOSTOS QUE SE RETROALIMENTAM

Reduzido a uma crescente polarização entre os dois extremos da miséria do possível, o pleito de 2022 contrapõe dois opostos que se retroalimentam no bloqueio de uma via popular e democrática

de solução da crise terminal da Nova República. A chapa da Frente Ampla, liderada por Lula/Alckmin, pretende dar uma solução à crise política por dentro dos escombros da Nova República em ruína. A chapa reacionária, capitaneada por Bolsonaro, acena permanentemente com a necessidade de uma solução despótica para a crise política como único meio de garantir a "paz social". Os dois braços da ordem neoliberal, evidentemente, não são iguais. Bolsonaro representa a dose máxima do veneno; Lula, a dose mínima. A polarização política é altamente funcional para a burguesia. O pânico da solução despótica rebaixa as aspirações da esquerda da ordem e a pressiona a desmobilizar os trabalhadores. A mobilização da tropa de choque da burguesia prepara o terreno para a eventualidade da esquerda da ordem não cumprir com seu dever.

A crise nacional não tem nenhuma possibilidade de uma solução democrática por dentro da institucionalidade neoliberal que foi construída por dentro das instituições carcomidas da Nova República. Décadas de contrarreformas destituíram a Constituição de 1988 de qualquer conteúdo democrático e republicano. Da Constituição Cidadã redigida pela Constituinte que institucionalizou o acúmulo de lutas contra a ditadura militar sobrou apenas a casca.

Sem a entrada em cena dos trabalhadores e uma mudança qualitativa na correlação de forças, a história continuará em circuito fechado. A tarefa fundamental dos trabalhadores é apresentar uma alternativa ao modelo econômico e político e construir força política para levá-la até o fim. O desafio imediato é combater a fome e o desemprego. O desafio subsequente é implementar um programa de mudanças estruturais que eliminem a segregação social, superem o colonialismo cultural e rompam as amarras que subordinam o Brasil à lógica dos grandes negócios do capital nacional e internacional. Os trabalhadores devem lutar por Direitos Já!



REFORMA DO ENSINO MÉDIO: "OS QUE MAIS PERDEM SÃO OS JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES", DIZ PROFESSORA DO IFSP

Entrevistamos a Prof^a Ana Paula Corti, docente do IFSP e membra da REPU (Rede Escola Pública e Universidade que reúne pesquisadores de várias universidades e professores da rede estadual de São Paulo). Confira abaixo.

Resumidamente, quais os principais pontos da Reforma do Ensino Médio?

Ana Paula: A Reforma divide o Currículo do Ensino Médio em duas partes: BNCC e Itinerários Formativos. É uma Reforma Curricular que substitui as disciplinas escolares e o conhecimento científico, humanístico e artístico por habilidades e competências. Propõe um currículo rebaixado e utilitário e não incide sobre os problemas históricos e estruturais do ensino médio brasileiro.

As justificativas principais para essa Reforma foram o baixo desempenho dos estudantes do PISA e a baixa produtividade e competitividade da educação brasileira. A solução dos reformadores foi ajustar a escola às demandas do capitalismo avançado que tem como características o desemprego estrutural e o declínio das formas de proteção social.

A ênfase dessa reforma na “melhoria” dos resultados, significa aprofundar e até radicalizar o que a literatura vem chamando de “gestão por resultados”. O que isso significa?

Quando os sistemas escolares, sobretudo aqueles de países de capitalismo periférico e com alto nível de desigualdade, reduzem o conceito de qualidade da educação aos indicadores mensuráveis, ele tende a excluir os mais pobres. É exatamente isso que estamos vendo acontecer na

farsa do “novo” Ensino Médio. Isso ocorre porque currículos voltados aos resultados padronizados tendem a trabalhar com um aluno e um jovem abstrato e universal. A tendência é excluir aqueles grupos que apresentam resultados piores, e que são, justamente, os estudantes mais pobres. A principal variável relacionada ao rendimento escolar é o nível socioeconômico dos estudantes. Sendo assim, se você não melhora a desigualdade econômica e implementa medidas de curricularização padronizadas, você reproduz essas desigualdades e até mesmo as agrava, como faz por exemplo a escola de tempo integral, que expulsa da escola os estudantes trabalhadores, e depois faz propaganda dos seus “ótimos” resultados, que na verdade, são consequência direta da expulsão dos mais pobres. Esse processo vem ocorrendo há anos em São Paulo com o Programa PEI e o fechamento de salas de aula do noturno e da EJA, e essa situação está sendo muito agravada com a Reforma do Ensino Médio.

As secretarias de Educação já implementaram a reforma e, com esse tempo, qual a situação nas escolas?

Ana Paula: Quase todos os estados já elaboraram e aprovaram seus currículos dentro da Reforma do Ensino Médio. Já os tempos de implementação seguem ritmos variados em cada unidade da federação.

No caso do estado de São Paulo, que foi o primeiro a aprovar o novo currículo no Conselho Estadual de Educação em julho de 2020, a implementação da reforma está avançada: os itinerários estão sendo ofertados aos 2^{os} anos em 2022. Desde 2019 a rede estadual faz ensaios da Reforma com o Programa Inova Educação, que introduziu nas escolas as disciplinas de Projeto de Vida, Tecnologia e as Eletivas. Além disso, desde 2018, o Centro Paula Souza já havia elaborado currículos piloto dentro da Reforma do Ensino Médio em

33 ETECs [escolas técnicas em São Paulo]. Como vemos, São Paulo foi um estado que se apressou em implantar a Reforma e se projetou como exemplo para os demais estados. Porém, como mostram os dados da Nota Técnica da REPU, é também nesse estado que primeiro vamos verificar os “furos” do Novo Ensino Médio, pois os dados de implementação mostram que os estudantes não tiveram sua liberdade de escolha de itinerários garantida, e as escolas ofertaram aquilo que era condicionado à sua infraestrutura e não o que os alunos escolheram, como já era previsto. Mais grave ainda é que os resultados revelam que o “novo” Ensino Médio paulista piora as desigualdades educacionais.

Quem são os mais prejudicados?

Ana Paula: Toda a sociedade perde, pois os efeitos de uma educação reduzida e que aprofunda desigualdades são amplos. Os prejuízos são sistêmicos e atingem diretamente a profissionalidade docente: flexibiliza a formação necessária para a docência no nível médio, cria um abismo entre a formação do professor e as práticas de ensino em sala de aula, pois o fio condutor do currículo deixa de ser as disciplinas escolares; terceiriza partes da educação para agentes externos à escola, como empresas e associações, bem como transfere parte importante da carga horária para a educação à distância, entre outras coisas.

Mas certamente os que mais perdem são os jovens e adultos trabalhadores. A Reforma do Ensino Médio confisca deles o direito ao conhecimento científico, humanístico e artístico, reduzindo sua formação a habilidades e competências. A escola passa a privilegiar uma formação pragmática que valoriza a adaptação ao novo mundo do trabalho, tendo o empreendedorismo individual como eixo importante. As únicas competências validadas pela Reforma do Ensino Médio são aquelas que apresentam uma aplicabilidade produtiva e adaptativa.



Por que e como lutar contra a Reforma do Ensino Médio?

Ana Paula: Teremos eleições esse ano, em relação aos principais candidatos – para Presidência e para o governo do estado de São Paulo – é possível pensar que podem revogar a reforma?

O processo eleitoral de 2022 promete ser bastante tenso. Do lado das candidaturas do campo democrático, há uma pressão para reverter os vários retrocessos gravíssimos que o país viveu nos últimos 7 anos, entre elas a Reforma Trabalhista. Diante de uma agenda sobrecarregada e da necessidade de apresentar-se ao eleitorado de forma atrativa, os candidatos buscam evitar temas polêmicos ou controversos – e sabemos que a Reforma já está em pleno processo de implementação nos estados, há muitos interesses envolvidos. Mas acreditamos que a única saída para que o país se reencontre com a democracia e retome um projeto de educação inclusivo, é a Revogação da Lei 13.415/2017. Essa medida, além de autoritária e ter sido implementada durante a Pandemia, num período em que as escolas estavam fechadas, é regressiva em relação aos direitos educacionais e se limita a mudar o currículo, sem investir na infraestrutura das escolas, contratação e valorização dos professores, e sem oferecer políticas de permanência estudantil, essenciais para que estudantes pobres possam estudar em período integral. Além disso há um rebaixamento enorme da educação

profissional: como oferecer ensino técnico sem construir laboratórios, escolas e sem contratar professores com formação específica? Tudo isso nos mostra que essa Reforma é parte da tendência do reformismo neoliberal, bastante investigado pela literatura, e que consiste em “reformular para não mudar”. No nosso caso, a Reforma do Ensino Médio agrava o cenário que já não era bom, e regride em termos dos marcos legais que davam sustentação ao direito à educação instituído a partir da Constituição de 1988.

A REPU está impulsionando uma campanha pela revogação da reforma do Ensino Médio, na qual dezenas de entidades já aderiram. Como participar e quais as iniciativas as pessoas podem colocar em prática?

Manifestos, abaixo-assinados, etc., são importantes, mas na prática produzem poucos efeitos. É possível mobilizar todos os setores da Educação pela revogação da Reforma? E qual papel os sindicatos de professores e das entidades do movimento estudantil?

Ana Paula: Na verdade a Repu (Rede Escola Pública e Universidade) foi uma das nove entidades que elaboraram a Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio, ([veja no site repu.com.br](http://repu.com.br))

A Carta teve uma enorme adesão e soma cerca de 250 assinaturas, entre Centrais, Federações e Confederações sindicais, Associações de Ensino e de Pesquisa, Movimentos Estudantis,

Movimentos Sociais. Vale destacar a assinatura dos sindicatos estaduais de profissionais da educação: quase todas as unidades da federação assinaram a Carta, o que mostra que a Reforma, cuja implementação é basicamente de âmbito estadual, conta com a crítica das organizações representativas dos professores. Uma Reforma sem diálogo com os professores não pode dar certo, pois são eles, lá na ponta, os principais responsáveis por fazer a educação acontecer.

A Carta Aberta foi um passo importante porque ela mostra que há um amplo consenso entre as principais entidades de educação a respeito do posicionamento contrário à Reforma e dos motivos pelos quais devemos lutar por sua revogação.

Porém, a Reforma não é conhecida por todos e muitos estudantes, professores e familiares não estão entendendo as mudanças, por isso uma Carta não é suficiente. É necessário criar espaços de debate, dialogar com os estudantes sobre como estão se sentindo dentro de um novo currículo e como estão percebendo as mudanças. A educação é um projeto de muitas famílias pra que seus filhos possam ter uma vida melhor, com mais cidadania e dignidade, e uma Reforma que tira ainda mais dos mais pobres interdita sua possibilidade de sonhar e ter esperança. Os jovens e adultos trabalhadores tem direito ao conhecimento e precisam de uma educação de qualidade para alargar seus horizontes pessoais, profissionais e coletivos, é por isso que lutamos contra a atual reforma do Ensino Médio.

DIREITO AO ABORTO LEGAL CONTINUA NA MIRA DO PODER MACHISTA

Recentemente o Brasil acompanhou mais um crime de estupro em que uma menina de 11 anos engravidou e teve o direito ao aborto legal negado, pela juíza Joana Ribeiro Zimmer de Santa Catarina. Em 2020, no Espírito Santo, uma outra menina de apenas 10 anos já tinha sido vítima desse tipo de crime. E a então ministra (Mulher, Família e Direitos Humanos) pastora Damares Alves, se manifestou contrária ao aborto legal.

A interrupção da gravidez é considerada legal no Brasil, desde 1940, para casos de estupro e de risco de vida para a mulher. E a partir de 2012 para casos de anencefalia, em

que a sobrevivência após o nascimento é impossível. Porém, as forças reacionárias, de direita e machistas que se mantêm no poder buscam impedir essa proteção à saúde da mulher nesses três casos de aborto previstos em lei, com atendimento pelo SUS.

Negar o direito ao aborto legal e não descriminalizar o aborto é, na prática, não respeitar a vida da mulher, insistir em violentá-la, desrespeitar o Código Penal Brasileiro, buscar impedir que a mulher decida sobre o seu próprio corpo, fortalecer a indústria do aborto clandestino e, nos casos de violência



sexual, “secundarizar” as ações contra o criminoso, em um Estado que se arroga democrático.

ABORTO LEGAL É NEGADO TAMBÉM ÀS FILHAS DA MULHER TRABALHADORA

Enquanto as mulheres pobres são humilhadas – até publicamente, para ter acesso ao aborto legal, o que permite o avanço da gravidez e impõe intenso sofrimento psíquico – as mulheres da burguesia fazem aborto seguro, em qualquer situação, em hospitais (como o Pérola Byington, SP) e clínicas particulares. Certamente, nesses casos, nem existe a questão religiosa.

A burguesia é hipócrita e moralista. Não aceita que essa questão seja tratada como Saúde Pública, inclusive quando envolve as nossas crianças no crime de estupro de vulnerável (praticar sexo com menor de 14 anos, não importando o contexto ou se houve ou não consentimento).

De acordo com dados da própria imprensa burguesa, cerca de 20 mil partos são realizados por ano no Brasil em meninas menores de 14 anos, vítimas de estupro. Por outro lado, a média de meninas nessa idade que tiveram filho é de 20,8 mil por ano (2016/2020 - <https://bityli.com/SIBYSMI>). E, de acordo com o site Milhas Pela Vida das Mulheres, cerca de 1 milhão de mulheres abortam por ano no Brasil. São 2.740 mulheres por dia, 2 por minuto. Uma mulher morre a cada dois dias por aborto mal sucedido.

As principais prejudicadas, pela criminalização do aborto e pelo impedimento de realização

do aborto legal, são justamente as mulheres mais pobres, maioria negras e maiores vítimas de várias outras formas de violências, que não possuem orientação médica e jurídica, acesso a contraceptivos, educação sexual nas escolas públicas e estão subempregadas. Além disso tudo, a maioria sofre com a violência do abandono e da punição religiosa.

PODER CAPITALISTA ATACA OS DIREITOS DAS MULHERES NO MUNDO

A Suprema Corte dos Estados Unidos anulou a decisão Roe Versus Wade (Jane Roe contra Henry Wade), de 49 anos, que legalizou o aborto no país até 24 semanas do feto. Cada estado poderá autorizar ou proibir, mas, no dia seguinte, mais de 10 já haviam proibido. O presidente americano pretende recorrer da decisão.

No entanto, movimentos de lutas das mulheres em várias partes do mundo, que vivem a realidade das perdas de direitos impostas pelo poder patriarcal-machista, entendem a necessidade de fortalecer a luta anticapitalista contra a criminalização e pelo aborto seguro como Saúde Pública. Como no Brasil, as mulheres da classe trabalhadora serão as grandes penalizadas pelo recrudescimento das leis antiaborto.

Diferentes são os movimentos ultraconservadores, ditos pró-vida, que dizem desejar o nascimento dos fetos (mesmo expostos à miséria e à violência) e consideram justo que menores de idade sejam mortos e até chacinados por delitos cometidos mesmo com motivações sociais (falta

de escola, fome, desestruturação familiar, abusos, etc.). E que, a todo custo, defendem o porte de arma para “cidadãos comuns” como maneira de reprimir a criminalidade. Nos EUA, há menos de um mês, a mesma Corte que suspendeu o direito ao aborto aprovou o porte de armas, isso num país com históricos de massacres em escolas (como o do último 4 de julho que atingiu 24 pessoas, entre 8 e 85 anos, matando 6).

É pelo mesmo direito à vida que as burguesias, hipócritas e moralistas, defendem o porte irrestrito de armas de fogo e criminalizam o aborto.

Com tudo isso, é sempre bom lembrar que na Revolução Russa (1917) as mulheres tiveram papel fundamental na organização das greves, inclusive numa poderosa que conquistou também a legalização do aborto, no momento primeiro de construção da luta socialista. A História nos ensina.

➡ Contra todo tipo de violência à mulher trabalhadora!

➡ Apoios médico, psicológico e jurídico imediatos às vítimas de estupro! Por Delegacias da Mulher e Casas-abrigo em todos os municípios do país! Prisão aos criminosos!

➡ Pelo direito ao aborto seguro, pelo SUS! Pela descriminalização do aborto! Pelo direito da mulher decidir sobre o próprio corpo!

➡ Fora Bolsonaro e seus ministérios reacionários autoritários! Exoneração e prisão de Juízas e Juizes que negam o aborto legal!



EQUADOR E OS LIMITES DAS REBELIÕES POPULARES

Foram encerrados, depois de 18 dias, os grandes protestos que bloquearam estradas, formaram barricadas e fomentaram a greve geral que paralisou o Equador, em junho último. Com os indígenas à frente e uma importante participação das mulheres equatorianas, que protagonizaram uma histórica marcha em 25 de junho, os grandes protestos tinham como alvo o custo de vida, a pobreza e a alta nos custos de combustíveis.

Os protestos que fizeram o governo decretar o Estado de Exceção e que deixaram seis mortos, 114

policiais feridos, oito desaparecidos e 127 pessoas detidas tinham também como um dos objetivos a destituição do presidente banqueiro Lasso. Entretanto, a bancada parlamentar do Pachakutik, braço político da Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE), através de Marlon Santi, coordenador nacional, pediu que os manifestantes “voltassem às zonas de paz”, desmobilizando, dessa forma, o movimento.

O partido do ex-presidente Rafael Correa, a Unión por la Esperanza (UNES) chegou a tentar limitar

os protestos e enfrentamentos de rua, canalizando os mesmos para a democracia parlamentar e, assim, no Parlamento votar uma moção para o afastamento de Lasso. Contudo, a posição da bancada parlamentar Pachakutik também foi contra a moção, ou seja, na prática se posicionou pela permanência de Lasso no poder.

Com atuação direta do Papa Francisco e seus pedidos de calma, a Igreja Católica equatoriana, intermediou um acordo envolvendo a CONAIE, presidida por Leonidas Iza e o Governo, representado pelo ministro Francisco Jiménez. Na ata do acordo, houve uma vitória parcial: conseguiu-se uma pequena redução nas tarifas da gasolina comum e do óleo diesel, subsídios para fertilizantes e o perdão de dívidas mediante a liberação pelo FMI de um bilhão de dólares. Esta medida, porém, só joga

a crise para frente, pois o FMI seguirá submetendo o povo equatoriano a uma política brutal de austeridade para que ele pague o empréstimo contraído pelo Estado equatoriano.

Não obstante sua importância, a explosão popular que sacudiu o Equador em junho, ela ficou nos mesmos limites dos protestos de 2019, que acabaram desviados para a institucionalidade e permitiram que Lasso chegasse ao poder. Outros paralelos com a recente rebelião popular no Equador podemos observar nos acontecimentos no Chile em 2019/2020 e no Paraguai e na Colômbia, em 2021, ou seja, não rachou a coluna vertebral do Estado burguês equatoriano e nem as forças armadas. Tampouco foram construídos organismos alternativos de poder da classe trabalhadora e da população oprimida e explorada, ainda que muitos militantes da esquerda

enxerguem que a CONAIE poderia cumprir esse papel.

Com uma situação objetiva cheia de contradições sociais e disposição de ação por parte do povo equatoriano, ainda não se desenvolveu uma consciência com força para enfrentar a burguesia e os obstáculos que as direções do movimento colocam. Foi notório a ausência de uma direção política que procurasse fazer com que a explosão popular extrapolasse os limites da democracia liberal.

Portanto, essas lacunas foram decisivas para que o movimento de junho último não avançasse para além da ata de acordo. Agora, o banqueiro presidente Lasso partiu para o contra-ataque e tenta criminalizar o movimento social, dizendo que o movimento indígena é financiado pelos traficantes de drogas. É a lei da dialética: tudo que não avança, infelizmente, retrocede.

“VOLTAR A CHÁVEZ”? UMA REVISÃO DOS LIMITES DE SUAS PROPOSTAS SOBRE PRODUÇÃO E PROPRIEDADE

Contribuição de Jimena Quintero Bravo. Autora do livro *“Propriedade e capital na Venezuela de Hugo Chávez: elementos para compreender os limites da política de governo, a partir de Marx e Mészáros”*, disponível em pdf no site do Coletivo Veredas.

Dezessete anos se passaram desde que Chávez proclamou para a Venezuela a construção de um socialismo que teria no centro o ser humano, não a máquina ou o Estado, e que deixaria para trás os erros das tentativas do século XX.

Por que é importante refletir hoje sobre o conteúdo desse projeto? Por um lado, a situação que a classe trabalhadora e o povo venezuelano atravessam hoje coloca na mesa a discussão sobre uma alternativa efetiva aos sérios problemas enfrentados. E um dos motes que tem ressoado neste sentido é o de “voltar a Chávez”. Por outro lado, a agudização da crise no mundo inteiro, com aprofundamento das desigualdades sociais, da miséria, da destruição ambiental, etc. torna necessária e urgente a busca de uma alternativa radical a estas desumanidades causadas pelo capital: uma relação social e histórica de produção baseada na expropriação dos trabalhadores em função da acumulação e expansão desenfreada de riqueza, em oposição às necessidades humanas genuínas, e produtora de

miséria em escala crescente.

As alternativas levantadas hoje pela maioria da esquerda, entretanto, baseiam-se na continuidade da produção do capital, aliada à ideia de que uma distribuição mais justa da riqueza é possível através de seu controle político. Precisamente, este foi um dos pressupostos do projeto “Chávez” de 2005, o que se expressa nos objetivos e estratégias de suas propostas para criar um “novo modelo produtivo” e figuras jurídicas de propriedade coletiva e estatal.

UM “NOVO” MODELO ACIMA DE VELHAS RELAÇÕES

Após seis anos de governo eleito com uma proposta de tirar a Venezuela da crise aguda que a assolava desde os anos 80, Hugo Chávez proclamou sua intenção de dar ao país um novo rumo em direção ao chamado socialismo “bolivariano”. Vitoriosamente superada a tentativa de golpe de Estado e a greve petrolífera em 2002-2003 – precipitadas por ações desestabilizadoras de dentro e de fora –, contando com forte apoio popular,

em um contexto de receitas petrolíferas favoráveis, o governo Chávez adotou algumas redefinições.

O objetivo não era mais buscar um “capitalismo com rosto humano” (como Chávez reconheceu depois que tinha sido sua orientação até aquele momento), mas acabar com as relações capitalistas na Venezuela que eram responsáveis pela miséria, pelo atraso e pela economia improdutivo. Ele propôs um socialismo de “invenção própria” e espírito “bolivariano”, visando uma progressiva democratização da economia através da intervenção do Estado. Apoiando-se nos recursos fornecidos pelo setor petrolífero e na redistribuição liderada pelo Estado, propôs a construção de um novo “modelo produtivo” que consistia em empresas privadas, públicas e cooperativas adotando uma nova orientação através de incentivos estatais.

As empresas deveriam produzir para as necessidades do povo, promover a participação na gestão, pagar salários “justos” e reinvestir seus lucros em benefícios para a sociedade. Além disso, o novo modelo foi baseado na colaboração dos chamados três “setores” (público, privado e social) com a convicção de que cada um deveria

contribuir para o desenvolvimento produtivo do país e que seu peso na economia deveria ser equilibrado. Estes elementos fizeram parte da proposta de Chávez até o final de seu mandato como presidente da Venezuela.

Quais foram os pressupostos deste “modelo”? O ponto de partida eram as relações de produção e as empresas existentes – assim como novas empresas que seriam criadas – a fim de alcançar novas relações. Não se tratava de acabar com a empresa privada, abolir a propriedade privada ou mesmo centralizar a propriedade no Estado. Também não se tratava de eliminar as relações de mercado e o trabalho assalariado.

As relações capitalistas de produção e distribuição seriam respeitadas com a expectativa de dar-lhes uma nova orientação, sem a precedência do lucro e do enriquecimento. O fato de essas relações participarem na viabilização da exploração dos trabalhadores pelo capital, na expropriação de mais-valia (proveniente do trabalho excedente), não era considerado pelo governo um problema na hora de gerar uma nova produção e distribuição. Pelo contrário, tal expropriação era o pressuposto do modelo a ser construído, o que daria viabilidade e sustentabilidade ao modelo e permitiria o avanço para uma nova economia com uma “nova” distribuição do excedente.

A continuidade do capital era pressuposto fundamental do “novo modelo”. Assim, Chávez expressou que o capital “em equilíbrio” é bom, é “básico” para o povo, e o identificou como um fator de produção que poderia ser colocado a serviço do socialismo. Tratava-se de superar a “lógica” do capital de dentro do próprio capital; uma tentativa de democratização e controle político do capital através de seu Estado.

Os dados do período mostram como esses objetivos não foram alcançados, mesmo com o grande fluxo de recursos para o Estado: a expansão industrial e o desenvolvimento esperados não foram alcançados; o equilíbrio entre setores não foi atingido (com o setor privado como o principal beneficiário da receita

do petróleo); o controle efetivo da produção pelas comunidades e pelos trabalhadores também não (quando não foi diretamente obstruído pela própria política governamental); e as condições de trabalho e salários não foram os esperados (com altos níveis de informalidade e precariedade no emprego).

Além disso, as empresas do setor “social” e estatal não conseguiram escapar da “lógica” capitalista e tiveram sérios problemas de sustentabilidade e corrupção. Também surgiram problemas diante das tentativas do Estado de fixar volumes de produção, lucros e espaços de mercado, demonstrando a relutância do capital às tentativas de regular sua expansão.

PROPRIEDADE FORMAL SEM CONTROLE DA PRODUÇÃO

Um dos componentes da proposta era a promoção de um setor “social” ou “comunal” com empresas onde os meios de produção eram formalmente de propriedade das comunidades organizadas e/ou do Estado que as representava em determinadas circunstâncias. Apesar da forma legal de propriedade que os meios de produção adquiriam ali, eles deviam ser utilizados para a mesma função: valorizar o capital através da exploração dos trabalhadores.

Tais formas legais não contradiziam as relações de propriedade do capital nem suas formas capitalistas. Recordemos que na Venezuela não houve apropriação dos meios de produção e subsistência por parte das massas revolucionárias. Assim, a separação da força de trabalho dos meios de produção e subsistência, e sua forma de mercadoria, continuaram sendo os pressupostos de produção e distribuição. Para subsistir, os trabalhadores tinham que vender sua força de trabalho em troca de um salário, produzindo uma mais-valia a ser reinvestida em empresas ou em iniciativas que contribuíssem para o “desenvolvimento do país”.

Seu sustento dependia da valorização do capital, estava ligado à produção de mercadorias. Portanto, o nascimento de novas relações de produção não pôde emergir destas

experiências: apesar de os próprios trabalhadores serem os “donos”, eles permaneceram presos no círculo vicioso do capital. Além disso, o controle que era possível exercer nessas empresas limitava-se à adoção de decisões que permitissem sua continuidade e crescimento, no marco da concorrência no mercado.

A propriedade formal dessa parcela de meios de produção não proporcionou um controle genuíno da produção e distribuição, não eliminou a exploração do trabalho (apesar do tamanho do salário), nem produziu para necessidades humanas genuínas e autodeterminadas. Também não colocou o meio ambiente em primeiro lugar, nem preparou o caminho para o surgimento de novas relações de produção. Os incentivos legais do Estado ao chamado Poder Popular (formado entre outros, pelos Conselhos Comunais, depois reunidos em Comunas) em nada alteraram a raiz da falta de controle: o capital permanecia no controle da produção e distribuição em todos os seus momentos, fundado na subordinação do trabalho; no trabalho alienado.

As propostas de Chávez não poderiam constituir uma alternativa radical às relações de produção e distribuição do capital e às desumanidades delas resultantes. Seu limite consistia na continuidade do fundamento dessas relações, que era o pressuposto dessas iniciativas: a exploração do trabalho pelo capital, uma relação de produção que exclui a apropriação e o controle efetivo dos produtores e que sujeita a humanidade à expansão ilimitada de riqueza alienada, concentrada nas mãos de poucos.

Por sua vez, a propriedade foi discutida apenas formalmente sem questionar o capital nem a relação que a fundamenta e lhe confere seu caráter iníquo, e que se reproduz com base na garantia dada por diversas formas legais. Portanto, “voltar” a essas propostas de Chávez, significaria ficar preso nesses limites – nos limites do capital – e, com isso, renunciar à construção de uma alternativa radical às relações de produção e propriedade existentes, em tempos nos quais ela é da maior urgência.